



## *Associação Nacional dos Sargentos da Guarda*

### Comunicado

#### REUNIÃO PREPARATÓRIA DO PROCESSO NEGOCIAL COM SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Camaradas, como é do conhecimento generalizado, ocorreu ontem dia 5 de dezembro uma reunião conjunta das estruturas representativas do pessoal da PSP e militares da GNR, com Exm<sup>o</sup>. Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna Dr. Antero Luís

Antes de mais, lamentamos o facto de ainda a reunião não ter terminado, já circulava na nas redes sociais os documentos fornecidos pelo MAI, no mínimo, pouco ou nada ético por parte do sindicato ou associação responsável, estando em causa conteúdos significativos, só depois da merecia primeira análise, poder-se-ia fazer chegar aos associados as questões com um mínimo de encadeamento e racionalidade.

Camaradas Sargentos, caros associados, da análise que nos é devida, a reunião conjunta de ontem irá evidenciar algumas diferenças entre as estruturas representativas, nomeadamente a prioridade e as “bandeiras”. Em causa a defesa da implementação de mais suplementos, acentuando a subsidiodependência, ameaçando a coesão, outras propostas porque falta isto ou porque falta aquilo, coisas de somenos diremos nós.

Sejamos claros, da Parte da ANSG o enfoque e a prioridade das prioridades, reveste-se na revisão do estatuto remuneratório dos Militares da Guarda, em concreto no tocante aos Sargentos, sequentemente a questão de urgentes admissões e ingressos, falamos obviamente do Curso de Formação de Sargentos, ambas as questões afetam incontornavelmente o funcionamento da Instituição.

Debrucemo-nos sobre os documentos:

**1** - É irrefutável, o governo comprometeu-se a devolver os **suplementos não pagos** em período de férias entre 2010 a 2018, sobre o qual apresentou a sua proposta, e cabe agora as estruturas apresentarem a contraproposta em reunião, a realizar no próximo dia 12 do corrente.



A este respeito, a ANSG vai promover a sua ação na devolução dos retroativos no mais curto espaço de tempo, salvaguardando todos os militares, estejam eles na efetividade do serviço/reserva ou reforma.

A ANSG aconselha a todos a antecipar os seus cálculos para que não hajam surpresas.

**2 – Admissões.** Uma falacia, os mapas apresentados expressam as necessidades verificadas a partir de 2020 até 2023, e para trás? O défice está nos 5000, e como já havíamos referido na anterior reunião é necessário pensar o futuro da Guarda, aprovar os mapas (tal como obriga o nosso EMGMR) e depois pensemos quantos necessitamos, porque ao nível dos Sargentos e tendo em conta as atribuições estatutárias já ultrapassamos o défice dos 500 elementos. Por conseguinte os ingressos têm que precaver as verdadeiras necessidades, desígnio apenas alcançável quando definirmos as incumbências concretas da Guarda

**3 – Suplementos,** as estruturas foram ainda convidadas a apresentar propostas, citamos “atenta a necessidade de valorizar as remunerações”. O que nos foi transmitido na reunião, foi da intensão da tutela em englobar suplementos na remuneração base. Este assunto será posteriormente debatido, mas para já a ANSG assume reserva da “bondade” da questão, inclusive não existe compromisso para rever tabelas salariais.

Contudo, não podemos deixar de salientar, que os sargentos, fruto da sua carreira (funções que desempenham) serão porventura aqueles que mais saem prejudicados com a atual política de atribuição se suplementos remuneratórios, pelo que urge alterar o atual paradigma, gerador de inversões hierárquico retributivas e coloca o sargento com uma remuneração inferior aos seus subordinados.

**4 – Lei de programação de infraestruturas e equipamentos, ainda, Segurança e saúde,** assuntos importantes, mas da responsabilidade do programa de gestão, e não aceitamos que nos coloquem em situação de negociação de temas menos prementes, só para desgastar e protelar no tempo a abordagem a outras questões. Quando tal responsabilidade cabe à tutela, a discussão destas matérias não deve ser discutida/analizada ao mesmo tempo de outras, tais como as questões estatutárias, remuneratórias e orgânicas, sendo que a seu tempo poderemos manifestar a nossa posição relativa a esses assuntos, que importantes, não são por ora prioritários.

Dignificação e Profissionalismo

Lisboa, 06 de dezembro de 2019